



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

Na sua edição online de 17 de janeiro, o Público publica uma notícia com o título «Ventiladores chineses custaram 1,3 milhões e nunca funcionaram», onde se dá conta de que 30 ventiladores comprados em abril de 2020 pelo Algarve Biomedical Center (ABC), com dinheiro doado pela Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), e doados ao Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA), não passaram nos testes efetuados pelos Serviços de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH), estando até à data sem funcionar e sem que tenha sido acionada qualquer caução para que o dinheiro seja devolvido.

Refere-se no texto que o CHUA pediu uma auditoria às contas do ABC, consórcio de que faz parte juntamente com a Universidade do Algarve (UA), e que, «de entre as dúvidas sobre as contas desta entidade que persegue fins públicos, destaca-se a aquisição de 30 ventiladores, que custaram 1,3 milhões euros, e não funcionam. [...] O financiamento foi assegurado pelas 16 câmaras da região, através da AMAL.

Os ventiladores intrusivos foram entregues pelo ABC à administração do CHUA, o ano passado, com vista ao reforço da capacidade de resposta à covid-19 nos hospitais de Faro e Portimão, mas continuam encaixotados devido a problemas técnicos inultrapassáveis, nomeadamente alguns dos critérios de segurança.

«Antes de usar os equipamentos, os médicos pediram aos SUCH para avaliar os problemas que já tinham detetado – os ventiladores não funcionavam em segurança. Confirmou-se que existia uma anomalia.», revela a notícia, sendo que numa primeira fase os fornecedores terão tentado resolver remotamente o problema, sem sucesso, deslocando-se depois ao Algarve, de novo sem sucesso.

A 22 de janeiro, a agência Lusa, num texto sobre o mesmo assunto, dá conta de um impasse, referindo especificamente que a administração do CHUA diz que «cabe ao ABC pedir o

reembolso dos 30 ventiladores avariados, mas esta entidade descarta responsabilidades e remete o processo para o CHUA.»

De acordo com o mesmo texto, «como entidade financiadora, a AMAL revelou à Lusa que, em análise com o CHUA e o ABC "entenderam que se se deve pedir a devolução do dinheiro" adiantando o seu presidente que "vai ser criada uma comissão com um membro de cada entidade", para apurar «"qual é a entidade que está em melhores condições para pedir a devolução", sendo que AMAL "não será", já que "os municípios doaram o dinheiro".»

A AMAL doou ao ABC 2 milhões de euros para aquisição de material médico diverso e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), sendo 1300 mil euros destinado aos 30 ventiladores que nunca funcionaram.

Esta não é a primeira vez que vêm a público relatos de problemas técnicos relativos a ventiladores adquiridos em 2020 para combate ao Covid-19, alguns, como é o caso, através de iniciativas de municípios, outros adquiridos pelo próprio Governo.

Face à gravidade da situação, quer por se tratar de dinheiros públicos quer, principalmente, pelo facto de os ventiladores serem, em muitos casos, essenciais ao tratamento de doentes infetados com Covid-19, o CDS entende ser pertinente obter esclarecimentos por parte da AMAL.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada, vem por este meio requerer à AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, a seguinte informação:

1- Desde quando têm V. Exas conhecimento de que os 30 ventiladores doados ao CHUA nunca foram usados?

2- Que diligências tomaram no sentido de encontrar uma solução para o problema?

3- Que resposta encontraram da parte do CHUA para facilitar essa solução?

4- Sabendo que a AMAL é o doador da verba, não tendo por isso responsabilidade no processo de reclamação junto do fabricante, procuraram V. Exas saber por que nunca foi acionada qualquer caução para que o dinheiro dos ventiladores fosse devolvido? Se sim, obtiveram resposta? Qual?

5- Alguma vez a AMAL expôs este problema à tutela? Se sim, que resposta obtiveram?

6- Para quando está prevista a reunião (referida pela comunicação social) entre a AMAL, os CHUA e o ABC, no sentido de ser encontrada uma solução para o impasse?

Palácio de São Bento, 24 de janeiro de 2021

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)